

CURITIBA-PR, 05 DE MARÇO DE 2015

**AOS ADMINISTRADORES E CONSELHEIROS DO  
REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO –  
RIOPRETOPREV  
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO – SP**

Prezados senhores:

Estamos encaminhando **RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁVEIS DA ENTIDADE, CORRESPONDENTE AO EXERCÍCIO DE 2014**, em atendimento ao constante do nosso contrato de prestação de serviços de auditoria independente, sendo o relatório de circulação interna, por sua própria natureza.

Esclarecemos que o competente **RELATÓRIO DE OPINIÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**, em atendimento às normas contábeis vigentes, emitido na mesma data, será o documento a ser divulgado, juntamente com as peças contábeis elaboradas pela administração.

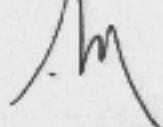
**Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.



Os procedimentos de auditoria são o conjunto de técnicas que permitem ao auditor obter evidências ou provas suficientes e adequadas para fundamentar sua opinião, sobre as demonstrações contábeis auditadas e abrangem testes de observância e testes substantivos, e foram observados os princípios das normas brasileiras de contabilidade e normas de auditoria independente das demonstrações contábeis.

Os testes de observância visam à obtenção de uma razoável segurança de que os procedimentos de controle interno, estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento, inclusive quanto ao seu cumprimento por parte dos funcionários da entidade.

Os testes substantivos visam à obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelo sistema contábil da entidade, e, foram divididos em testes de transações e saldos e procedimentos de revisão analítica.

Os procedimentos de auditoria foram realizados através de provas seletivas, testes e amostragens, em razão da complexidade e volume das operações, na amplitude que julgamos necessário nas circunstâncias.

Na aplicação dos testes de observância, efetuamos diversas verificações e conferências, com os cálculos que julgamos necessários, para comprovar as operações.

Na aplicação dos testes substantivos, foi possível comprovar que os direitos e obrigações constantes do balanço patrimonial, encontravam-se exatos na data do encerramento do balanço, as transações efetuadas foram devidamente registradas, sendo que os registros não apresentavam qualquer irregularidade, além do cumprimento das Normas Técnicas de Contabilidade e da legislação pertinente.

Quando da aplicação dos procedimentos de revisão analítica, foi possível comprovar que os procedimentos contábeis da entidade, são confiáveis, funcionando perfeitamente os seus controles internos, sem nenhuma ressalva.

Após todos os testes e estudos efetuados, podemos afirmar que os controles internos da entidade estão em perfeita ordem contábil e legal, sendo desnecessária qualquer ressalva.

Entendemos também, que todas as normas legais em vigor, foram devidamente atendidas durante o exercício auditado, em seus aspectos legais e regulamentares.

#### **1 – ATENDIMENTO NORMAS DO MPAS**

A entidade deve cumprir normas determinadas pelo MPAS, para os regimes próprios de previdência.

As exigências e controles são inúmeros, e demandam grande trabalho-a ser desenvolvido pelas entidades obrigadas ao cumprimento da legislação.

As informações enviadas abrangem praticamente todas as áreas de atividade da entidade, e devem ser cumpridas em prazos determinados para cada uma delas, sob pena de suspensão da emissão do CRP – Certificado de Regularidade Previdenciária.

Para se ter uma idéia da quantidade de informações, pode-se afirmar que representam mais de 30 itens.

O RIOPRETOPREV, cumpriu todas as exigências e obrigações, sendo que no extrato fornecido pelo MPAS não consta nenhuma irregularidade ou pendência.

Entendemos que a entidade foi eficiente ao máximo, no atendimento das normas e obrigações, uma vez que é raro uma entidade que tenha cumprido todos os itens sem exceção.

## 2 – AVALIAÇÃO ATUARIAL

A avaliação atuarial do plano de previdência dos servidores municipais, tem sido feita regularmente, uma vez ao ano, conforme exigência legal, sendo que os resultados encontrados, foram contabilizados nas contas respectivas.

## 3 - PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS RELATIVOS AO FLUXO FINANCEIRO DE INVESTIMENTOS REALIZADOS NO MERCADO FINANCEIRO

Os procedimentos contábeis, com relação aos fluxos financeiros de investimentos realizados no mercado financeiro, são confiáveis e representam adequadamente a movimentação ocorrida.

Todos os procedimentos são fundamentados em documentação e informações hábeis, sem nenhuma espécie de ressalva.

Entendemos que todos os procedimentos necessários foram adotados e mantidos em perfeita ordem.

## 4 - PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS RELATIVOS AOS REGISTROS DAS RESERVAS MATEMÁTICAS APURADAS NO CÁLCULO ATUARIAL

Os valores das reservas matemáticas foram obtidos a partir dos estudos atuariais, assinados por Atuário, devidamente registrado no IBA- Instituto Brasileiro de Atuária, estando com sua situação regular perante o órgão.

Os procedimentos contábeis foram efetuados de conformidade com as normas contábeis vigentes, e determinações do Ministério da Previdência e Assistência Social – MPAS, e constam de seus registros.

## 5 – CONTROLES INTERNOS

A entidade possui um corpo de funcionários envolvidos com o cumprimento de suas obrigações funcionais, agindo em defesa da entidade.

Todo o procedimento quer sejam de atendimento ao público em geral, quer seja no setor de compras e licitações, funcionários públicos, aposentados, pensionistas, etc., é procedido das medidas exigíveis pela legislação e que atendem aos interesses da entidade.

Os pagamentos somente são efetuados, no estrito cumprimento da legislação, principalmente quanto as autorizações, empenho prévio, documento hábil, liquidação do empenho e o pagamento por tesouraria.

Os pagamentos são efetuados em sua totalidade, por meio de entidades bancárias, o que garante uma maior segurança.

O fluxo de documentos e informações seguem andamento normal, no atendimento da legislação vigente.

Entendemos que os controles internos são eficientes e não necessitam nenhum reparo.

## 6 - ROTINAS ADMINISTRATIVAS INTERNAS E REGISTROS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis e financeiras foram elaboradas de conformidade com a Lei 6404/76, Lei 4.320/64, Lei 12.101/09 e Decreto nº 8.242 de 23/05/2014, obedecendo aos Princípios Fundamentais de Contabilidade, bem como as Normas Brasileiras de Contabilidade e suas Interpretações Técnicas e Comunicados Técnicos, editados pelo Conselho Federal de Contabilidade, com utilização do PCASP – Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e DCASP – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público.

Os procedimentos administrativos internos, seguem rotina normal de trabalho, com a confecção, autorização e contabilidade normal das obrigações e direitos da entidade.

Considerando a excelência dos registros contábeis e sua comprovação documental, nenhuma modificação precisa ser implantada no momento.

Estamos convictos da eficácia do sistema de controle interno nas áreas de contabilidade e Tesouraria, sendo que os testes efetuados nos registros, não apontam nenhum deficiência.

#### **7 - CUMPRIMENTO DOS ASPECTOS LEGAIS E REGULAMENTARES APLICÁVEIS**

A entidade obedece a vários instrumentos legais, sendo de se destacar a legislação própria da mesma, e as leis municipais, estaduais e federais, relativas as entidade públicas.

A contabilização cumpre rigorosamente o orçamento aprovado, sendo sua execução acompanhada permanentemente e mantido seus registros em perfeita ordem.

**8 - Documentação comprobatória existente nos arquivos e em demonstrações que foram solicitadas pela contratada, compreendendo balanço patrimonial, balanço financeiro, balanço orçamentário, demonstração das variações patrimoniais e fluxos do caixa do período, relativas ao fluxo administrativo, contábil e operacional dos processos de trabalho.**

Tivemos facilidade de acesso a todos os documentos e arquivos da entidade, sem nenhum tipo de restrição.

Os documentos que embasam seus registros contábeis foram encontrados em ordem e estão se conformidade com a legislação.

A análise geral das peças contábeis não localizou nenhuma inconsistência ou irregularidade, sendo objeto da emissão à parte do nosso relatório de opinião sobre as mesmas.

#### **9 - VERIFICAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS RELATIVOS AO FLUXO FINANCEIRO DOS INVESTIMENTOS REALIZADOS NO MERCADO FINANCEIRO**

Os registros contábeis são eficientes e atendem às necessidades da entidade.

Todo o fluxo financeiro é devidamente registrado, com documentos das entidades envolvidas, conferencias e valores, lançamentos, etc.

Notamos alguma deficiência no processamento de dados, levando em contas as informações que os setores competentes, necessitam para tomadas de decisões imediatas.

Entendemos que a empresa contratada para a sua execução, tenha condições para melhorar o sistema de informação, inclusive no fornecimento de informações mais precisas e rápidas.

#### **10 - PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS DE ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO**

Verificamos que todos os procedimentos contábeis, necessários e indispensáveis para o encerramento do exercício, foram tomados com a antecedência necessária, sendo que estão amparados em procedimentos e documentos hábeis.

#### **11 - ORDEM CRONOLOGICA DE PAGAMENTOS**

Foi possível observar que a entidade vem atendendo corretamente, a ordem cronológica para pagamentos de empenhos.

## **12 - COMPRAS – LICITAÇÕES – DISPENSAS**

A entidade tem tomado todo cuidado no cumprimento da legislação vigente, sendo que foi possível conferir todas as licitações realizadas no exercício de 2014, sendo que não constatamos nenhuma deficiência ou irregularidade.

Todos os conceitos constantes da legislação foram devidamente atendidos.

As compras de pequeno valor (dispensa) foram precedidas de processo administrativo, com consulta de preços, identificação dos interessados, documentação e outros elementos, contendo parecer dos setores competentes.

Apesar de ser um procedimento burocrático, atende aos interesses da entidade, dando segurança de que as compras precedidas de consultas de preços, estão dentro dos parâmetros praticados no mercado.

Efetuamos testes com alguns produtos adquiridos em 2014, sendo que não notamos nenhuma irregularidade, tendo sido obtido os melhores preços praticados no mercado.

## **13 - LIVROS E REGISTROS**

Efetuamos diversos testes por amostragem, quando foi possível verificar que os investimentos estão sendo corretamente contabilizados, nos livros exigidos pela legislação, comparativamente com os documentos hábeis fornecidos pela instituição financeira.

No final de cada mês e também no final do exercício de 2014, foi procedida a conciliação de contas, as quais estão em ordem e constam dos relatórios emitidos e assinados pelo departamento competente.

Todos os investimentos realizados no exercício, independentemente de sua natureza, foram devidamente registrados no Balanço Patrimonial.

## **14 - DEPRECIAÇÃO – ATUALIZAÇÃO PATRIMONIAL – LEVANTAMENTO**

Ao longo do exercício de 2014 a entidade não efetuou depreciação de seus bens móveis, cujo resultado pouco representa, face ao seu pequeno valor patrimonial.

## **15 - DOCUMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS**

Todos os documentos que compõem a base dos investimentos, estão arquivados em boa ordem e fáceis de serem consultados.

## **16 - CONCESSÃO DE BENEFÍCIOS**

Revisamos por amostragem, os procedimentos adotados para a concessão de aposentadoria, em suas várias modalidades (tempo de contribuição, compulsória, invalidez, idade, etc.)

Foi possível comprovar que a entidade tem tomado todo o cuidado, para elaborar processo administrativo, contendo toda a documentação exigida pela legislação, além de parecer técnicos e jurídicos.

O processo é iniciado com o pedido, devidamente protocolado no órgão, em seguida autuado e numerado, passando a receber todos os documentos necessários.

Após a concessão do benefício os documentos são encaminhados ao Tribunal de Contas do Estado, para a devida homologação.

Os nossos exames não detectaram nenhuma irregularidade ou ilegalidade, ou falta de documento ou parecer.

Todo o processo adotado é muito bem elaborado e devidamente arquivado para consultas e conferências.

#### 17 – ATUALIZAÇÃO CADASTRAL

Todos os anos a entidade promove o RECADASTRAMENTO dos servidores aposentados e pensionistas, mantendo seus registros em ordem e atualizados.

O recadastramento é indispensável e muito importante, uma vez que reduz as possibilidades de pagamento de valores para familiares ou terceiros, com relação a aposentados e pensionistas, já falecidos.

#### 18 – BANCOS CONTA MOVIMENTO

Instituição Bancária	Saldo em 31/12/2014
Caixa Econômica Federal – C/C 006 440-5 - MOVIMENTO	0,00
Caixa Econômica Federal – C/C 006 669-6 - COMPREV	0,00
Caixa Econômica Federal-Poupança Depósitos e Cauções cia - 725-2	1.910,42
Banco do Brasil S/A – C/C – 20.242-8 - MOVIMENTO	0,00
Banco do Brasil S/A – C/C – 66.360-3 - PROJETOS	6,00
Banco Bradesco S/A – C/C – 45100-2	103.570,14
Banco Santander Brasil S/A – C/C – 45 - 0000024	15.303,79
Total .....	120.790,35

#### 19 – INVESTIMENTOS

Instituição Financeira	Saldo em 31/12/2014
BANCO DO BRASIL S/A	45.435.990,52
BANCO DO BRASIL S/A – PROJETO PREPARE-SE	39,20
BANCO SANTANDER BRASIL S/A	5.051.228,40
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	101.944.601,51
CAIXA ECONOMICA FEDERAL – COMPREV	6.958.810,33
FUNDO GERAÇÃO FI AÇÕES	1.491.888,91
BANCO BRADESCO S/A	34.166.585,43

GERAÇÃO FUTURO SF DIVIDENDOS FIA S/A	2.292.808,22
BANCO BRADESCO S/A - XP INVESTOR FIA	1.411.681,71
BANCO BRADESCO S/A - XP INVESTOR SMALL CAPS	1.516.585,10
FUNDO GERAÇÃO FUTURO SELEÇÃO FI AÇÕES	1.581.304,42
BANCO BRADESCO S/A - XP DIVIDENDOS FIA	1.000.000,00
BANCO ITAU S/A	5.556.447,13
BANCO ITAU S/A - FUNDO SULAMERICA	585.249,56
FUNDO JMALUCELLI SMALL CAP	427.394,45
BANCO SAFRA S/A	3.008.555,30
BANCO CREDIT SUISSE - SET FIA AÇÕES	0,00
CITBANK - FUNDO WESTERN ASSET US INDEX 500 FI MUL	3.001.193,56
TOTAL DOS INVESTIMENTOS.....	215.430.363,75
(-) PROVISÃO PARA PERDAS EM INVESTIMENTOS	3.500.000,00
TOTAL DOS INVESTIMENTOS NO BALANÇO	211.930.363,75

#### 20 - BENS PATRIMONIAIS

Tipo de Bem	Valor inicial 2014	Valor Incorporado de Anos anteriores	Valor Incorporado neste exercício	Valor final
IMÓVEIS	35.611.139,89	0,00	0,00	35.611.139,89
MÓVEIS	283.886,47	58.463,99	27.877,00	370.227,46

#### 21 – PROVISÕES A LONGO PRAZO

O valor de R\$ 220.239.116,87, constante da presente conta, trata-se do resultado das Provisões Matemáticas Previdenciárias a Longo Prazo conforme quadro abaixo:

			(-)
		Provisões de Benefícios Concedidos	530.571.093,01
		Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano Previdenciário do RPPS	555.656.030,66
		Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS	0,00
		Contribuições do Inativo para o Plano Previdenciário do RPPS	20.362.873,24
		Contribuições do Pensionista para o Plano Previdenciário do RPPS	1.221.431,42
		Compensação Previdenciária para o Plano Previdenciário do RPPS	3.500.632,99
		Parcelamento de Débitos Previdenciários para o Plano Previdenciário do RPPS	0,00
		(-)	569.829.051,70
		Provisões de Benefícios A Conceder	
		Aposentadorias/Pensões/Outros Benefícios do Plano	973.030.072,24
		Contribuições do Ente para o Plano Previdenciário do RPPS	260.032.033,54
		Contribuições do Ativo para o Plano Previdenciário do RPPS	137.038.897,54
		Compensação Previdenciária para o Plano Previdenciário do RPPS	6.130.089,46
		Parcelamento de Débitos Previdenciários para o Plano Previdenciário do RPPS	0,00
		(+)	880.161.027,84
		Plano Previdenciário - Plano de Amortização	
		Outros Créditos do Plano de Amortização	880.161.027,84

**22 – DEMAIS OBRIGAÇÕES A LONGO PRAZO**

O valor de R\$ 26.979.988,50 constante da presente conta, trata-se do saldo das obrigações da autarquia em quitar as contribuições suplementares futuras, por conta do adiantamento oferecido pelo Ente Municipal através da transferência dos imóveis constantes na conta de Investimentos no valor de R\$ 35.611.139,89, tudo em conformidade com a Lei Complementar 396 de 22/11/2013.

#### 23 – RESULTADO DO EXERCÍCIO

O valor de R\$ 605.421.628,80 constante da presente conta é o resultado obtido com a soma das variações patrimoniais aumentativas no valor de R\$ 1.023.235.685,84 subtraídas as variações patrimoniais diminutivas no valor de R\$ 417.814.057,04.

#### 24 - RECEITAS DE COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

As receitas são creditadas em conta bancária própria, e foram aplicadas em Fundo de Investimento vinculado, para utilização futura do pagamento de benefícios, de acordo como que determina o artigo 21, parágrafo único da ON SP/MPS 02/09, no exercício de 2014 totalizaram R\$ 2.843.809,37.

#### 25 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Os gastos administrativos foram limitados a 2% do valor total das remunerações dos servidores ativos, proventos dos inativos e pensões dos segurados vinculados ao RPPS, relativos ao exercício anterior ao examinado, conforme inciso VIII, art. 6º da Lei nº 9.717/98 e artigo 41 e seus incisos da ON SPS 02/09.

Exercícios	2011	2012	2013	2014
Remuneração	189.358.987,06	202.983.052,41	255.948.444,41	297.149.143,43
Despesas administrativas	1.223.971,66	1.888.163,96	2.182.292,22	3.298.672,44
Percentual	0,65%	0,93%	0,85%	1,11%

#### 26 - IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE

Os valores retidos na fonte, correspondente ao imposto de renda sobre vencimentos, serviços e outros, são recolhidos mensalmente aos cofres do município, atendendo normas da Constituição Federal, artigo 158:

Durante o exercício de 2014 os valores repassados ao Tesouro Municipal atingiram ao montante de R\$ 6.206.797,09

#### 27 - PASEP

O valor do PASEP calculado na forma da legislação vigente, é recolhido mensalmente à Secretaria da Receita Federal, sendo que todos os valores devidos foram recolhidos nos prazos fixados em lei, inexistindo qualquer tipo de pendencia.

Durante o exercício de 2014 os valores recolhidos ao PASEP totalizaram R\$ 642.897,31.